

ARTIGO

“FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA”¹: ILHÉUS E A BUSCA DA MODERNIDADE (1921 – 1930)

BRUNA DANTAS DA SILVA

Graduanda de Licenciatura em História
no Departamento de Filosofia e Ciência Humanas (DFCH)
da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Email: brunnadanttas13@gmail.com
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0003-3623-3650>

MARCIAL COTES

Profº. Titular do Departamento de Ciências da Saúde (DCS)
da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Email: mcotes@uesc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6345-3715>

RESUMO: O objeto deste artigo foi expor as mudanças ocasionadas pela busca da modernidade e o estro motivado pelo Rio de Janeiro em Ilhéus no recorte temporal de 1921 a 1930. Estas transformações foram vistas como necessárias à conquista da sociedade civilizada e idealizada por uma parte diminuta da população e são empreendidas na urbe, intentando deixar hábitos e costumes do período imperial no passado, adotando o exterior como modelo e mirando as transformações urbanas e sociais da então capital do país. A investigação traduz-se como uma Pesquisa Documental, tendo como fonte principal o periódico “Correio de Ilhéus”, disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC).

PALAVRAS-CHAVE: Ilhéus. Modernidade. Rio de Janeiro.

¹ Trata-se de uma analogia com a composição de Paulinho da Viola, ao insinuar que a elite ilheense, ao visualizar as transformações urbanas da reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro, percebe “um caso diferente”, onde “foi um Rio que passou” na vida das transformações urbanísticas de Ilhéus.

“IT WAS A RIO THAT PASSED IN MY LIFE”²: ILHÉUS AND THE SEARCH FOR MODERNITY (1921 – 1930)

ABSTRACT: The object of this article was to expose the changes caused by the search for modernity and the estrus motivated by Rio de Janeiro in Ilhéus, in the time frame from 1921 to 1930. These transformations were seen as necessary for the conquest of civilized society and idealized by a small part of the population and are undertaken in the city trying to leave habits and customs of the imperial period in the past, adopting the outside as a model and aiming at the urban and social transformations of the then capital of the country. The investigation is translated as a Documentary Research, having as main source the periodical “Correio de Ilhéos”, available in the collection of Center for Documentation and Regional Memory of the State University of Santa Cruz (CEDOC/UESC).

KEYWORDS: Ilhéus. Modernity. Rio de Janeiro.

Recebido em: 09/12/2023

Aprovado em: 28/02/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p392-425>

Agradecemos o apoio financeiro de bolsas de Iniciação Científica (IC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), do CNPq e de ICB da UESC, dos graduandos Emanuel Ramiro Silva Soares e Thiago Santos de Santana pela pesquisa no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a atenção e presteza dos funcionários do CEDOC.



² It is an analogy with the composition of Paulinho da Viola, insinuating that the Ilheense elite, when visualizing the urban transformations of Pereira Passos' reform in Rio de Janeiro, perceives "a different case", where "it was a Rio that passed" in the life of urban transformations in Ilhéus.

*Em roça de cacau, nessas terras, meu filho,
nasce até Bispo.
Nasce estrada de ferro, nasce assassino,
caxixe, palacete, cabaré, colégio,
nasce teatro, nasce até bispo ... Essa terra
dá tudo enquanto der cacau [...].³*

Na epígrafe, extraída do romance *Terras do Sem Fim* (1943), Jorge Amado cita elementos que sinalizam a subordinação ao fruto do ouro – o cacau –, que propiciou fortuna e luxo para uma minoria, que ansiava pelo progresso e civilidade numa terra de coronéis e jagunços. Segundo Menezes (2012, p. 75), o autor “faz mais do que uma descrição fotográfica, faz, sim, uma radiografia da cidade de Ilhéus e de seu entorno, fazendas e matas”.

Os romances amadianos *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) retratam desde a disputa sangrenta por terras, sinônimo de poder e status na formação da zona cacauera na Bahia, a construção da identidade da região e a chegada do progresso, além da vida de atores sociais diversos, caracterizando mudanças e permanências sociais e culturais em Ilhéus nos dois quartéis iniciais do século XX.

A implementação da monocultura do cacau no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período em que o Brasil se tornava o segundo produtor da amêndoa no mundo, com sua maior produção no Sul da Bahia (Mahony, 2007; 1996), elevou, entre 1890 e 1920, a região a uma posição de destaque (Freitas; Paraíso, 2001). A partir deste período, a percepção de “que a lavoura cacauera era o esteio do progresso numa Bahia decadente, distinguia-a da enfraquecida elite açucareira” (Ribeiro, 2001, p. 123) e fez fluir a engrenagem na direção de mudanças com vista à modernidade. Nessa perspectiva, assim como num monumento de exaltação à cacauicultura, em dois de julho de 1921, dois cacaueros, apesar de não se adequarem às finalidades ornamentais do período, são plantados na Praça Dr. Seabra (Figura 01), iniciativa do então intendente Eustáquio de Souza Bastos (Marques, 2019).

³ Frase do personagem Dr. Rui do livro *Terras do Sem Fim*, Jorge Amado, p. 213, 1972.

Figura 01 - Plantio de dois cacauzeiros na Praça Dr. Seabra, em dois de julho de 1921.



Fonte: Foto autor desconhecido. Site Instituto Nossa Ilhéus.

De acordo com Carvalho (2015), na década de 1920, a fama dos “frutos de ouro”, presentes nas narrativas difundidas em várias cidades do nordeste do país e as expectativas de uma vida melhor disseminadas por “agentes aliciadores financiados por fazendeiros” (p. 35), traziam muitas pessoas para a região, buscando viabilizar a mão de obra, uma reclamação constante dos proprietários de terras.

Neste momento, ideais modernizadores se espalhavam por todo o Brasil (Rocha Junior, 2013), não sendo diferente em cidades com urbanização incipiente como Ilhéus (Dias; Cotes, 2022) que, no período de 1921 a 1930, apresentava características rurais com baixa densidade demográfica quando comparada a Salvador com 308.451 habitantes e densidade populacional de 560,8 habitantes por Km², contra 26,4 habitantes por Km² em Ilhéus (cf. Bahia, 1926, p. XII, 6, 290, 291, 409 e 410; Santos, 1957; Dias; Cotes, 2022).

Assim, a urbe situava-se dentro do conceito de hinterlândia explorado por Russel-Wood (1998). São embrionárias, ou pelo menos eram, as pesquisas que se debruçaram sobre territórios considerados periféricos, devido sua distância de centros decisórios político, econômico e cultural. Mas, para Russel-Wood (1998, p. 2), “Aquilo que se constitui como um ‘centro’ e uma ‘periferia’ é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição”.

Transformações vistas como necessárias à conquista da sociedade civilizada e idealizada por uma parte diminuta da população são empreendidas na urbe (Santana et al., 2022; Norte et al., 2022; Dias; Cotes,

2022), intentando deixar hábitos e costumes do período imperial no passado, por considerá-los atrasados, e para “estabelecer um controle social sobre os diferentes sujeitos que usavam das ruas, avenidas e praças” (Carvalho *et al.* 2014, p. 18), adotando o exterior como modelo e mirando as transformações urbanas e sociais do Rio de Janeiro, então capital do país.

Nesta perspectiva, Minayo (2002) adverte para a necessidade de se fazer uma reflexão sobre a importância do sistema social na historiografia. Para a autora o contexto comunitário se desenvolve com base nas marcas do passado, num ciclo contínuo. Deste modo, existe um “embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (Minayo, p. 13), e conforme Pesavento (2003, p. 66) “ter um volume de conhecimento disponíveis para serem aplicados e usados” poderá dar “margem a uma maior possibilidade de conexões e inter-relações”, permitindo, por consequência, entender melhor o desenvolvimento da urbe.

Portanto o presente estudo utilizou material catalogado em projeto de Iniciação Científica sobre a história do esporte, do lazer e dos hábitos sociais em Ilhéus (BA), um recorte de 1921 a 1930, período que compreende as administrações de Eustáquio de Souza Bastos (1920-1923), Mário Pessoa da Costa e Silva (1924-1928) e Durval Olivieri (1928-1930), para “recolher os traços e registros do passado” com o propósito de “realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeça ou puzzle de peças, capaz de produzir [novos] sentidos” (Pesavento, 2003, p. 64) do desenvolvimento urbanístico de Ilhéus.

A investigação se traduz como uma Pesquisa Documental, tendo como principal fonte o periódico “Correio de Ilhéus” (1921/1930), disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC), fundado em 24 de setembro de 1921, sob a direção do Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, líder político dos novos-ricos da região (Mahony, 2007), representante do Partido Republicano Democrata local, e patriarca da família Pessoa, uma das principais oligarquias de Ilhéus que estava no poder desde 1912 com o advento do Seabrismo na Bahia (Ribeiro, 2001) e tinha como editores seus filhos, Astor e Mário Pessoa.

A sua parcialidade era declarada e, segundo Albuquerque (2010), o mesmo ocorria com outros jornais na região sul da Bahia nesse período, ao passo que foram criados para a defesa dos interesses políticos dos

cacaucultores, sendo comum que cada grupo político tivesse seu jornal, resultando em uma escrita explicitamente passional. Isto pode ser notado em matéria de setembro de 1921, do “Correio de Ilhéus”, para divulgar uma reportagem feita pelo periódico local “O Monitor”, que o congratulava em razão do seu lançamento: “Circulou sabbado nesta cidade o primeiro número do “Correio de Ilhéus”, folha diaria e orgam politico e noticioso, que obedece à orientação do partido cujo chefe, desde 1889, é o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva” (Correio de Ilhéos..., 1921, p. 1).

À vista disso, salientamos que o jornal mencionado circulava na comunidade no momento de notório crescimento dos setores econômico, político e social (cf. Campos, 2006; Santana et al. 2022; Norte et al. 2022; Dias; Cotes, 2022). Sendo assim, este estudo se propõe a identificar as mudanças ocasionadas pela busca da modernidade e o estro motivado pelo Rio de Janeiro no processo de urbanização de Ilhéus, no recorte temporal de 1921 a 1930.

A busca pela modernidade

O arquétipo de moderno era a Europa (Amaral, 2022), fonte principal de inspiração, em especial a França. Na concepção de Roncayolo (1999), Paris, desde o século XIX, por meio do projeto de reformas urbanas de Georges Haussmann – chamado de haussmanização –, não idealizava ser um espaço de produção, mas sim uma vitrine da modernização ao mundo na busca do embelezamento, e inaugurando um novo olhar sobre a cidade, e novas percepções sobre a organização, o uso e valorização do espaço urbano.

Desta forma, na visualização dos filmes, nas viagens, nas experiências trazidas pelos filhos desta nata cacaeira, que eram enviados ao velho continente para estudar e de lá traziam a mobília das residências e as indumentárias, recebiam e incorporavam as novidades (Mahony, 2007; 1996; Ribeiro, 2001). A distância com o novo era diminuída, dando espaço à experimentação de sensações e idealizações de comportamentos para “alcançar a modernidade característica dos países europeus com quem o Brasil passou a estabelecer trocas materiais e simbólicas para além das até então realizadas” (Machado; Rocha Junior, 2020, p. 2).

Dentre as atividades identificadas como modernas, Norte e colaboradores (2022, p. 7) apontam as “partidas de futebol [...], além das sessões de cinema, teatro e bares que ofereciam bilhar, boliche e, como bebida principal, *champagne* francês ao som do *jazz* (Jazz..., 1926, p. 2)”, bailes, passeios de recreio e saraus literários organizados por associações, clubes e grêmios, parque de diversão e companhias itinerantes de circo (Dias; Cotes, 2022). No material analisado e no estudo de Dias e Cotes (2022), observa-se a participação nos eventos de funcionários públicos, trabalhadores urbanos especializados, profissionais liberais, empregados do comércio e da empresa inglesa “*The State of Bahia South Western Railway Limited Company*”, proprietários agrícolas e grandes comerciantes.

Na pesquisa de Dias e Cotes (2022), os clubes carnavalescos já eram realidade em 1889, e, a partir do decênio de 1910, os “cinemas se tornaram um dos principais e mais regulares locais de lazer da cidade, ao menos para alguns estratos sociais” (p. 367). No decênio seguinte, a cidade teve seis cinemas em atividade ao mesmo tempo, a saber, “o Central, o Pery e o Vesúvio, no centro da cidade; o São João, no arraial do Pontal; o Unahyp, no arraial de Água Preta, atual município de Uruçuca; e o Cine-Theatro Laroca, no arraial de Pirangi, atual município de Itajuípe (Campos, 2006; Em Pirangy, 1924, p. 2; Notícias De Água Preta, 1926, p. 2)” (Dias; Cotes, 2022, p. 367). Ainda em 1929, matéria do “Correio de Ilhéos” aponta a existência de um sétimo cinema denominado Alliança, localizado no bairro Alto da Conquista, considerado na época uma área suburbana da urbe (Cinemas..., 1929, p. 2).

Neste momento, o Jornal “Correio de Ilhéos” tinha o desígnio de ser o porta-voz dos novos-ricos, os pessoístas, o grupo político que administrava a cidade. Em suas páginas, exibia as conquistas tidas como civilizadas, destacando e exaltando as intervenções na urbe pela Intendência Municipal como símbolos de modernidade e requinte, além das críticas aos costumes considerados arcaicos ou as intimações aos proprietários de imóveis considerados ruínas para serem demolidos (Pela Moralidade..., 1926, p. 2; Intendencia Municipal..., 1926, p. 2). Como parte dessa publicidade, o periódico estabelece em 1926 uma coluna denominada “A cidade civiliza-se”, que trazia críticas às condutas inadequadas e enaltecia os costumes considerados propícios ao modelo de civilidade que se buscava almejar pela burguesia da cidadina (cf. A Cidade Civiliza-Se..., 1926, p. 2).

Em 1929, a revista “Vida doméstica”, editada no Rio de Janeiro, caracteriza Ilhéus como o principal centro de exportação do cacau do Brasil e faz comparação da urbe do início do século com a de 1929, dizendo que “Quem a conheceu ha vinte annos hoje, não a reconhece”, descrevendo-a como uma cidade de vida saudável e moderna, na qual edifícios esplêndidos são construídos por toda parte, elogios estendidos às suas largas avenidas e praças com “apparehos para recreio das creanças” (A Belleza..., 1929, s.n.). Estas transformações são citadas no romance amadiano, *Gabriela Cravo e Canela*: “Modificava-se a fisionomia da cidade, abriam-se ruas, importavam-se automóveis, construíam-se palacetes, rasgavam-se estradas, publicavam-se jornais, fundavam-se clubes, transformava-se Ilhéus. Mais lentamente porém evoluíam os costumes, os hábitos dos homens. Assim acontece sempre, em todas as sociedades” (Amado, 1973, p. 75).

Da mesma forma que Ilhéus, no século XX, vários centros urbanos do Brasil coabitaram com alterações que visavam a modernização. Para Marshall Berman (1986), a modernidade não se resume a um período, a um fato histórico, momento ou movimento de uma determinada sociedade, referindo-se a um conjunto de experiências contraditórias, de tempo e espaço, compartilhadas e ambicionadas pela humanidade:

[...] ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. [...] No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (p. 15-16).

A urbe, chamada de “A Princesa do Sul” nas páginas do “Correio de Ilhéus” – alcunha que representava o ideal civilizatório e de progresso almejados, “resultado de um discurso que estava intimamente ligada à expressão de poder e de legitimação de suas classes dominantes” (Carvalho, 2015, p. 44) –, vivia na ambigüidade citada por Berman (1986), uma vez que a diminuta elite cacaeira projetava ser moderna, mas tinha que lidar com muitos problemas sociais (Freitas; Paraíso, 2001; Dias; Cotes, 2022).

Nas palavras do deputado baiano Berbert de Castro, em cartão enviado em 1928 à Revista “Vida Domestica”, Ilhéus é descrita como “o maior porto de

exportação de cacau do Brasil, em comunicação directa com os paizes estrangeiros [...] a mais formosa, a mais prospera cidade do interior bahiano e, incontestavelmente, uma das mais activas colmeias de trabalho do norte do paiz” (Um Illustre..., 1928, p. 3).

A cidade, apresentada como próspera, em que os chefes políticos incorporaram valores de civilização e de progresso não dispunha de oportunidades para todos os imigrantes que chegavam. No “cotidiano, os sinais de riqueza eram acompanhados pelos de pobreza, não só nas ruas de Ilhéus, como também nas rotas e caminhos da região [...] as contradições sociais surgidas com a exploração cacaueira eram ignoradas ou não reconhecidas” (Freitas; Paraíso, 2001, p. 136-139). Mas a escol ilheense buscava ostentar seu status, ainda que em uma urbanização incipiente, desfrutando de luxos em seus bangalôs – edificações construídas para o embelezamento da urbe, e contemplação do mar, assim como para o descanso –, contrastando com a pobreza da grande maioria da população (Garcez; Freitas, 1975; Carvalho, 2015; 1996; Freitas; Paraíso, 2001; Mahony, 2007).

Jorge Amado (1978) exemplifica a desigualdade existente em Ilhéus neste período, quando um dos personagens do livro *Cacau*, romance em que denuncia as condições de trabalho nas fazendas de cacau, denominado “98”, dialoga com o imigrante sergipano protagonista do texto, após conseguir um emprego com o Coronel Manuel Misael de Sousa Teles, leia-se Manoel Misael da Silva Tavares, apelidado na obra de Mané Frajelo, verbaliza:

Está você alugado do Coronel.
Estranhei o termo: A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.
Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga. O têrmo me humilhava.
Alugado ...
Eu estava reduzido a muito menos que homem ... (p. 138).

Em outro trecho do livro, no diálogo entre os trabalhadores Honório e Colodino, ao contemplarem a casa grande da fazenda do mesmo coronel, fazem um paralelo com suas moradias: “Como era grande a casa do coronel [...]. E olharam as suas casas, [...] casas de barro, cobertas de palha, alagadas pela chuva” (Amado, 1933, p. 12). Segundo Ribeiro (2017), nesse período, a pobreza e a riqueza podiam ser medidas pelas casas que as pessoas possuíam: “Aos poucos os coronéis trocaram as sedes das fazendas pelos palacetes

urbanos, símbolo de maior status na região” (p. 69). Esta imagem social relatada por Ribeiro (2017), encontra respaldo em Peixoto, Tomelin e Miranda (2019, p. 30) quando afirmam que a “[...] reflexão sobre dimensões sociais de processos que impõem a invisibilidade a trabalhadores e trabalhadoras [...]”, à literatura amadiana retrata personagens, proletários da urbe, que podem ser objeto de análise, e, estabelece um rico acervo para podermos refletir a respeito da cidade e dos hábitos culturais de uma sociedade em processo de desenvolvimento urbano.

Foi nesse ambiente de contradições que se identificaram ingredientes que apontam para a influência do que vinha acontecendo no Rio de Janeiro nas ações do poder público em Ilhéus, com iniciativas que buscavam atingir o ideal de modernidade. Isto posto, nos próximos tópicos estas obras serão contextualizadas com fontes da pesquisa.

Ilhéus e o estro motivado pelo Rio De Janeiro

De acordo com Melo (2006), corroborado por Conde e Shaw (2022), as intervenções urbanas identificadas no Rio de Janeiro, na administração de Pereira Passos nos primeiros anos do século XX, foram influenciadas pelas transformações ocorridas na capital da França, na centúria anterior, em virtude do ambiente caótico em que vivia, após a Revolução Industrial. O autor afirma que: “A partir disso, e da necessidade de aperfeiçoar e manter a máquina do capitalismo em funcionamento, muitas foram as saídas entabuladas, destacadamente relacionadas à reordenação do ambiente urbano” (Melo, 2006, p. 1).

Para Conde e Shaw (2022), a Europa, nesta ocasião, buscava as hinterlândias para aumentar “suas exportações de matérias-primas para produtos manufaturados que incluíam novas tecnologias e itens de consumo”, e as mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro a partir de Paris foram decorrentes “desse novo cenário econômico que resultou do desenvolvimento capitalista não apenas como um fenômeno europeu, mas também uma manifestação especificamente brasileira” (p. 100).

O presidente Rodrigues Alves conduzido pelo prefeito Francisco Pereira Passos, engenheiro que observou de perto estas alterações nos anos de 1857 e 1860 quando atuou como adido brasileiro na capital francesa, foram os

responsáveis pelas transformações no Rio de Janeiro. A então capital do país “incorporava plenamente o papel da metrópole, sede do governo, centro cultural, foco do desenvolvimento, irradiadora dos novos hábitos e costumes” (Melo, 2008, p. 191), e, na análise de Conde e Shaw (2022), “foi alvo de uma transformação radical destinada a dotá-la de uma topografia moderna” (p. 99).

Desse modo, é concebível que o Rio de Janeiro tenha servido de modelo para as modificações buscadas em Ilhéus, à medida que, influenciados por essas iniciativas e pelo crescimento econômico propiciado pelo cacau, os administradores ilheenses, os agentes do poder, os aristocratas Coronéis do Cacau, os novos-ricos e os grandes comerciantes empreendem sua reforma urbana na tentativa de reproduzir na cidade os estilos arquitetônicos e urbanísticos contemplados na capital federal, e com aderência a novos hábitos (Ribeiro, 2017).

No “Correio de Ilhéos”, são recorrentes matérias referentes à urbanização da cidade, especificamente o centro, local para moradia e vivência das famílias abastadas. No que se refere aos espaços onde viviam as camadas populares, Ribeiro (2017, p. 117) descreve que: “Em volta desse centro estão situadas as residências mais modestas e o pequeno comércio, zona de transição para a periferia mais afastada. Nesse espaço habitam as camadas mais pobres, à margem da cidade ideal, escondido e esquecido do poder pela municipalidade”.

É recomendado observar, nas páginas do periódico “Correio de Ilhéos”, os destaques dados à inauguração de avenidas, obelisco, praças ajardinadas, estátuas, calçamento de ruas, demolição de chalé, além de construções de prédios públicos e particulares. Em 1924, o intendente Mário Pessoa da Costa e Silva (1924-1928) criou o Código de Posturas pela Lei Municipal de 1º de outubro daquele ano, em um esforço no processo de revitalização da cidade. Segundo Ribeiro (2017), empenhando-se “nas chamadas obras de embelezamento e lançou as bases do planejamento urbano” e “seguindo modelos e denominações urbanas cariocas como a Avenida Beira-Mar, também conhecida como Avenida Copacabana” (p. 71).

Demolições para a construção de novos prédios, assim como o calçamento das ruas, são vistos como uma magnitude ao “[...] bem da hygiene e da esthetica da cidade, que dia a dia a mais se engrandece e prospera [...]” (Pela Esthetica..., 1925, p. 1), e cada planta aprovada pela prefeitura era vista

como uma conquista (Figura 02). Em conteúdo de 1923, com o título de “Pardieiro immundo”, o Coronel Misael Tavares – “a maior fortuna do sul baiano em seu tempo” (Ribeiro, 2001, p. 114), intendente de 1912 a 1914 (Interino) e 1916 a 1920, o mesmo que recebeu a alcunha de “Mané Frajelo” na obra amadiana *Cacau* –, é chamado de retrógrado e ignorante por não demolir o seu prédio, localizado na praça Firmino Amaral (Figura 03), sendo convocado a construir no lugar um “que honre a cidade e corresponda á sua grande fortuna” (Pardieiro Immundo..., 1923, p. 1).

Figura 02 - Plantas das construções da Av. Álvares Cabral.



Fonte: AS BELLAS..., n.º 775, 1926, p. 1.

Figura 03 - A esquerda o Pardieiro imundo que foi demolido para a construção do Ilhéus Hotel.



Fonte: Foto Alexander Fâmula. Site IBGE.

Assim, sugere-se que, no local do pardieiro imundo, o Coronel Misael Tavares não se deu por rogado e iniciou a edificação do “Ilhéos Hotel” (Figura 04), tendo contratado a firma Emílio Odebrecht e Cia para o empreendimento. A obra importou de tudo um pouco da Europa e conta com o primeiro elevador do interior da Bahia da marca OTIS, importado da Inglaterra – ainda em funcionamento –, com espaço para bagagens dos passageiros na parte inferior da cabine. Dados da época insinuam um custo insultante à obra, ao considerar o dispêndio de 700.000:000 réis por uma só pessoa, o maior produtor de cacau do mundo naquele momento.

Figura 04 - Antigo cais do porto e o “Ilhéos Hotel” do Coronel Misael Tavares erguido no lugar do “pardieiro imundo”.



Fonte: Foto J. Dias. Acervo Leda Hora.

Além da substituição de casas antigas por estruturas consideradas belas e condizentes com o projeto de modernidade, a intendência buscava regulamentar as ruas, utilizando o Código de Posturas, como por exemplo, o Art. 25, em que os proprietários das casas são intimados a construir passeios em frente às suas residências no prazo de oito dias, “sob pena de multas e demais penas do referido Código” (Edital..., 1926, p. 3). Ainda de acordo com o Código, a intendência comunica a colocação de placas numéricas nos prédios, serviço considerado necessário e útil à população (Emplacamento Da Cidade..., 1926, p. 1).

As transformações não ficaram restritas ao Código de Posturas implantado para ordenar as ruas. É possível identificar similaridades que se entendem como influência do Rio de Janeiro a partir da urbanização de Copacabana no início de 1906, onde a abertura do Túnel do Leme, que faz a conexão entre Botafogo e a atual Avenida Princesa Isabel por meio de bondes, contribuiu para o início das obras de pavimentação urbana da Avenida Atlântica, que tal como a sua homônima em Ilhéus, neste período, era o fundo de quintal das casas, utilizado muitas das vezes para despejar os dejetos produzidos, o que influenciou o processo de urbanização de Ilhéus.

Os postes de iluminação elétrica da Avenida Beira-Mar em Ilhéus, na época conhecida como Copacabana, nome de um dos bairros mais conhecidos do Rio de Janeiro, atual avenida Soares Lopes (Figura 05), eram iguais e estavam dispostos como os do referido bairro na então capital do Brasil (Figura 06).

Figura 05 - Avenida Soares Lopes, seus postes e moto estacionada, década 1930-1950.



Fonte: Foto J. DIAS. Acervo José Rezende Mendonça.

Figura 06 - Avenida Atlântica, localizada na orla de Copacabana, c. 1920.



Fonte: Foto Augusto Malta. Acervo Instituto Moreira Salles.

As analogias entre as duas cidades não se restringem somente a Copacabana. No ano de 1925, é divulgado que a intendência planeja construir um obelisco de seis metros de altura na Avenida 2 de julho, “uma grande homenagem aos vultos de 1823” (Ilhéos..., 1925, p. 1). Em dois de julho do ano de 1927, é inaugurado o monumento (Figura 07) – em conjunto com o *Belvedere*, que se trata de um pequeno mirante –, semelhante ao Obelisco inaugurado em 1906, no Rio de Janeiro, localizado na Avenida Central, atual Rio Branco (Figura 08 e 09).

Figura 07 - Inauguração do Obelisco e Belvedere ao 2 de Julho, 1927.



Fonte: Foto Alexander Fâmula. Site IBGE.

Figura 08 e 09 - Da esquerda para direita: o obelisco ao 2 de Julho em Ilhéus e o comemorativo da construção da Avenida Central, atual Rio Branco com Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro.



Fonte: Friduxa, 2021; Oliveira, 2009. Repositório Wikimedia.

A capital federal, ao erguer o obelisco, teve como intenção, por parte dos seus administradores, memorar a construção da Avenida Rio Branco que “fazia parte da política de transformação da fisionomia da cidade, iniciada na gestão do prefeito Pereira Passos” (Pereira, 2021, p. 258). Em Ilhéus, o poder público, da mesma forma, intencionava, além da data comemorativa da independência da Bahia e a urbanização da sua avenida principal aos moldes de Copacabana da capital federal, ressignificar e marcar a gestão dos pessoístas que pretendiam modernizar a cidadina. E, tal como o obelisco da avenida Rio Branco, marcar a urbanização da avenida Dois de Julho, que ligava o porto à avenida, cognominada de Copacabana na urbe, pela orla da baía do Pontal. Ou seja, os obeliscos tinham como desígnios “ser integrados a discursos que acionam a ideia de modernização urbana e progresso social, isto é, que enfatizam uma marcação temporal a partir do presente para o conhecimento das gerações futuras” (Pereira, 2021, p. 257).

Outro monumento que demonstrava um projeto de uma urbe análoga à capital do país, é o Cristo Redentor de Ilhéus (Figura 10), construído em 1942, na Avenida Dois de Julho, que dá acesso ao Obelisco, no segundo mandato de Mário Pessoa. De acordo com Giumbelli, (2008), o monumento do Rio de Janeiro, pode ser concebido como um símbolo de uma “modernidade religiosa”, sendo “proposto exatamente para expressar o reconhecimento de que o Brasil era essencialmente um país católico” (p. 84), e inaugurado em 1931 com a benção de bispos católicos “proclamando Cristo como rei e solicitando que ele salvasse o Brasil” (p. 85), sendo reproduzido durante todo o século XX, com motivações que vão além do turismo, por diversas cidades no Brasil e no mundo.

Figura 10 - Inauguração do Cristo Redentor, 1942.



Fonte: Foto Francino. Acervo POPOFF.

Na perspectiva de Conde e Shaw (2022), as transformações empreendidas no Rio de Janeiro consistiam em “transplantar” a topografia vista como moderna da Europa, buscando ser uma “cópia cega de Paris”. Para as autoras, o ideal buscado evidencia a continuidade de uma mentalidade colonial: “Dominada por uma elite social e política cujos interesses eram manter relações economicamente dependentes com a Europa, a cidade não parece se encaixar na narrativa temporal banal da modernidade como significando uma ruptura com a tradição e com o passado” (Conde; Shaw, 2022, p. 99). Esta visão das autoras é a mesma análise que se empreende no processo de urbanização de Ilhéus, pois as oligarquias da urbe tinham como intenção transmutar a cidade para uma cópia similar em dimensões menores do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2017), e, assim, aproximar-se da elite social e política da então capital federal no seu imaginário urbanístico.

A haussmanização utilizava a flora e a fauna na paisagem de Paris, modificações incorporadas pelo Rio de Janeiro (Sevcenko, 1983) e Ilhéus, em proporção inferior, buscou reproduzi-las. O jardim da Praça Rui Barbosa (Figura 11) com seus enormes pinheiros, em uma estética que não dialogava com a arquitetura de toda a cidade e com a diversidade da flora local, deixa evidente a pretensão de parecer moderna, e por que não dizer europeia a partir da flora. Na urbe civilizada que se projetava os jardins, assim como as casas, deveriam embelezar a paisagem (Embelezamento..., 1924, p. 2). A

Intendência chegou a trazer um técnico do Rio de Janeiro para tratar dos jardins de Ilhéus (Barreto, 2001).

Figura 11 - Jardim da Praça Rui Barbosa. Destaque aos pinheiros, 1930-1940.



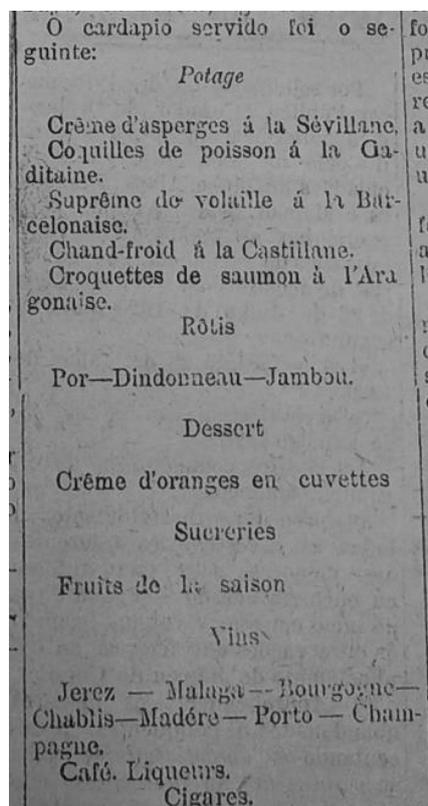
Fonte: Foto autor desconhecido. Acervo Leda Hora.

Em 1927, em conteúdo de título “Cultivae os vossos jardins”, o “Correio de Ilhéos”, apresentado como sugestões direcionadas às mulheres, questiona a ausência de flores na urbe, com o argumento de que, em toda a cidade civilizada que atinge os triunfos do progresso, não é possível desculpar a falta de determinadas coisas e encontrar justificativas para o desprezo com as imposições do bom gosto e da civilização. A matéria cita os novos prédios que contam com “excellentes casas, providas de todos os requisitos hygienicos” e o aumento no número de carros, para sustentar a tese de que existe uma tendência, uma “inclinação natural” a busca do conforto na cidade, porém reitera que, apesar disso, falta “sensibilidade artistica”, que deveria ser “mais refinada”, algo a ser desejado no meio “adeantado” como Ilhéus (Cultivae..., 1927, p. 1).

Essas questões são compulsórias para criticar a ausência de flores que deveriam ser naturais nas mesas das casas, nos jantares, nos banquetes – como o realizado em 23 de maio de 1929, no salão do “Satellite Sport Club”, que, além de cristais e flores à mesa, ofereceu um cardápio todo em francês

(Figura 12) (Espanha ..., 1929, p. 1) –, e nos quintais abandonados, “viveiro de mosquitos e insetos perigosos” (Cultivae..., 1927, p. 1).

Figura 12 - Cardápio do banquete realizado no salão do clube “Satellite Sport Club”.



Fonte: ESPANHA..., n. 1195, p. 1, 1929.

As senhoras e senhorinhas deveriam cuidar de forma delicada das flores, mesmo nas casas mais modestas, ainda que em um espaço pequeno, dado que, além da beleza ornamental, o tamanho do terreno a ser cuidado proporcionaria ao “ bello sexo [...] horas de agradável exercício, que se pratica nas sociedades elegantes como um dos desportos mais delicados” (Cultivae..., 1927, p. 1). Ademais, menciona as iniciativas da administração:

Emquanto a administração municipal procura aumentar os jardins da cidade, aumentando a arborização, o que vale pela higienização urbana, mandando buscar, fora daqui, plantas raras e custosas, que lhes enfeitam os canteiros bem cuidados, rara é a casa particular de Ilhéos que ostenta um jardim, pequeno que seja. Perdem por isso, na sua beleza architectonica, de que devia ser complemento o jardim [...] (Cultivae..., 1927, p. 1).

As medidas adotadas pela intendência em prol de uma cidade com belos jardins parecem ter obtido êxito. O jornal soteropolitano “O Imparcial”, em 16 de outubro de 1935, critica a ausência de árvores, importantes para a qualidade do ar, em Salvador, e compara as ruas da capital baiana com as da Princesinha do Sul e previne ao afirmar que “teremos de procurar compensação nas chácaras e nos quintaes [...] porque, sem estes, a nossa arborização é medíocre” (Notas..., 1935, p. 4).

Seguindo no “projeto de embelezamento” de Ilhéus, são destacados alguns alvitre como a solenidade de inauguração de um chafariz (Figura 13) em 8 de fevereiro de 1925 e início da obra da Avenida Beira-Mar – atual Avenida Soares Lopes, antiga Copacabana, que já havia sido denominada de Avenida Álvares Cabral. Segundo uma das matérias, o chafariz foi encomendado na Europa, em 1900, e aproveitado pela “intendência para irrigação do jardim da Praça Coronel Pessoa”, mandando construir um aquário ao redor da peça e encomendando peixes em Salvador para embelezá-la (A Inauguração..., 1925, p. 1).

Figura 13 - Chafariz da Praça Coronel Pessoa, 1940.



Fonte: Foto autor desconhecido. Site IBGE.

Conforme Campos (2006), a iluminação da praça era proveniente de luminárias fabricadas pela empresa francesa *Val D’Osne*. É destacado em matéria, após a solenidade, que além da função de irrigação o aquário era destinado ao “divertimento público”, e que à “[...] noite a Praça Pessoa esteve

grandemente concorrida, sendo muito elogiada a profusa iluminação distribuída á roda do bello chafariz” (As Festas..., 1925, p. 1). Com discursos, assinaturas de atas e participação da filarmônica Euterpe 3 de Maio – que foi possível notar sua atuação na maioria dos eventos públicos, esportivos e de muitos acontecimentos particulares na época –, foi lançada a pedra fundamental da Avenida Beira-Mar e inaugurado o chafariz.

Neste momento de um esforço de modernidade urbanística engendrado pela Intendência da cidadina, as reformas e ações implantadas já chamavam a atenção na capital e nas demais cidades ditas progressistas do interior da Bahia. O “Correio de Ilhéus” tinha como prática editorial trazer, em suas páginas, matérias de interesse dos pessoístas – reproduzindo reportagens publicadas em jornais de Salvador (cf. Santana et al., 2022; Norte et al., 2022; Dias; Cotes, 2022). Nesta perspectiva, em matéria de abril de 1926, o periódico ostenta em evidência, na primeira página, textos publicados no Diário da Bahia e Diário de Notícias, enaltecendo duas novidades instituídas pela Intendência em Ilhéus.

Do Diário da Bahia, o registro da lei municipal nº. 282, que cria o Serviço de Estatística financeira, econômica, demográfica, escolar, administrativa e jurídica. Iniciativa elogiada por entender as necessidades de tal serviço para tirar proveito das informações provenientes que poderiam direcionar as ações do poder público “para os altos destinos que lhe reservam as riquezas, operosidade e sentimento de progresso de sua população” (Ilhéus Cria..., 1926, p. 1). Conclui convocando os demais municípios do estado para seguir o exemplo da cidadina.

Na mesma edição da matéria anterior, o “Correio de Ilhéus” reproduz reportagem do jornal Diário de Notícias (Figura 14) e Diário da Bahia de cinco e seis de abril de 1926, respectivamente, onde o último apresenta o seguinte título: “O progresso da Princeza do Sul: foi inaugurado o serviço de auto-omnibus”. O editorial destaca a importância do serviço de transporte no perímetro urbano da cidade, além das principais avenidas, informando os locais que seriam atendidos como:

[...] Copacabana, pela avenida Alvarez Cabral ou pela praia; Avenida 2 de Julho, contornado o morro de São Sebastião; cais do Porto, até as oficinas da estrada de ferro; Alto da Conquista, com ramal para Escola Normal Nossa Senhora da Piedade, Estação da Estrada de Ferro, de

acordo com os horários de partidas e chegadas de trem (O Ramal Attingido..., 10 abr., 1926, p. 1).

Figura 14 - Anúncio de inauguração de serviço de auto-ônibus em Ilhéus.



Fonte: SIRVA-NOS..., nº 733, 1926, p. 1.

Além de o serviço de auto-ônibus atender praticamente toda a cidade de Ilhéus, tem como destaque, no editorial, a crítica do Diário de Notícias em relação a Salvador já ter tido este tipo de transporte e existir a demanda do retorno, pois “pela manhã e à tarde grandes lucros daria um serviço de ônibus entre o bairro comercial e o resto da cidade, Barra e Itapagipe principalmente” (Sirva-Nos..., 1926, p. 1), cobrando o seu regresso. Estas comparações entre Salvador e Ilhéus parecem ter sido recorrentes durante algum tempo.

A experiência da velocidade na vida cotidiana das cidades modernas, abordada por Berman (1986), começa a se fazer presente em Ilhéus. Em 1928, o jornal “Correio de Ilhéus” aborda o número de veículos nas ruas que ultrapassa mais de cem automóveis, considerando os caminhões, carros de praça e particulares (Automobilismo..., 1928, p. 1). A cidade possuía uma agência da *Ford* que anunciava frequentemente a venda de carros, caminhões e tratores a pronta entrega (Agencia ..., 1926, p. 3), e seus agentes divulgavam as novidades dos novos modelos modificados para atender “as exigentes condições modernas” (O Novo ..., 1928, s.n.).

Segundo a matéria, marcas variadas de veículos chegavam de Salvador e do Rio de Janeiro e o número de carros iria aumentar e até mesmo duplicar em virtude do desenvolvimento do automobilismo. A troca de carroças por

automóveis é ligada ao progresso e ao entendimento das desvantagens do seu uso, sendo necessária sua retirada do tráfego pelos “grandes prejuízos que dão ao calçamento e aos meios fios, além do emporcalhamento em que deixam as ruas, os animaes” (Automobilismo..., 1928, p. 1).

Outra preocupação no periódico era a organização do trânsito com a velocidade dos veículos e o uso das bombas de gasolina. Com o título “Automoveis em disparada”, uma matéria de 1927 faz uma crítica à velocidade dos *chauffeurs*, por não respeitarem as leis de trânsito ao dirigir os carros de seus patrões, causando tumulto e deixando os transeuntes pasmos, ao que pedem a repressão policial (Automoveis..., 1927, s.n.)

Em conteúdo de 1928, a imprudência dos motoristas, o aumento de veículos e carroças nas ruas, as brigas entre carroceiros e *chauffeurs* e o fato das vias serem estreitas, sem um raio adequado para as curvas, são citados para justificar a iniciativa de amadores que sugerem que as disposições do “Regulamento da Inspectoria de Vehiculos da Capital” sejam adotadas em Ilhéus. Informa que, para evitar abusos e acidentes, o regulamento irá estipular a mão e a contramão, de acordo com as medidas práticas da polícia e da fiscalização municipal que deveriam trabalhar juntas (Automobilismo..., 1928, p. 1).

Na perspectiva de Nicolau Sevcenko (1992), a modernidade e com ela a velocidade são proposições usuais nas discussões dos cronistas no decênio de 1920, pois se tornou uma adversidade com a irresponsabilidade dos motoristas. Burity (2022) aponta que os problemas advindos da modernidade na vida dos paraibanos ocorrem a partir das “cidades, em particular da capital, a aceleração dos automóveis e navios, as mudanças de comportamento, os problemas políticos do estado republicano” (p. 242).

Ainda em 1928, as bombas de gasolina localizadas na praça Firmino Amaral são chamadas de “trambolho”, ao asseverar que estas não são “objectos ornamentaes” para serem deixadas ao desprezo, devendo ser bem utilizadas pelos representantes das empresas “Standard” e “Texaco”, além dos consumidores. De acordo com o cronista, o periódico foi um dos que mais incentivaram sua instalação e tece críticas à desorganização dos carros de praça ao abastecer e à falta de combustível nos depósitos, que estão sempre vazios ou abandonados pelo encarregado “cuja casa commercial está sempre fechada à hora do almoço e das 18 horas em diante” (As Bombas..., 1928, p. 2).

Ribeiro (2017) ressalta que dois aspectos primordiais traduzem a modernidade no Sul da Bahia. O primeiro seria o melhoramento da infraestrutura material das principais cidades da região cacauera, destacando a estrada de ferro “Ilhéus-Conquista”, e o segundo, a consolidação de determinados ícones do progresso regional, citando a catedral de São Sebastião “construída para sediar o bispado ilheense e simbolizar a importância econômica e social dos coronéis do cacau perante outros segmentos que encarnavam o poder no estado, como os plantadores de cana-de-açúcar e fumo do Recôncavo e os grandes comerciantes de Salvador” (Ribeiro, 2017, p. 15-16).

A estrada de ferro Ilhéus a Vitória da Conquista, que nunca chegou a este último destino (Falcon, 1995), tinha a particularidade de atender “[...] somente ao seu entorno, num raio aproximado de 70 km, em linha reta, do oceano Atlântico nas direções oeste e norte, a produção cacauera” (Norte et al., 2022, p. 7-8), uma realidade díspar da dinâmica das estradas de ferro implantadas no país. No Anuário estatístico de 1936 (p. 114), consta que, até aquela data, encontravam-se em funcionamento 129,73 km, mas há de se considerar sua “importância no cenário social, haja vista que os funcionários e engenheiros eram ingleses, o que oportunizou o contato da sociedade ilheense com os hábitos de outro país (Campos, 2006) e sua expansão local” (Santana et al., 2022, p. 5).

Quanto à antiga capela seiscentista de São Sebastião (Figura 15), de acordo com Ribeiro (2017), existia um preconceito com o estilo colonial, observado no discurso de memorialistas e cronistas, sendo um dos fatores para sua demolição em maio de 1927, durante a administração de Mário Pessoa, e a construção da nova catedral diocesana de São Sebastião (Figura 16), iniciada em 1931 e concluída em 1967 “em estilo eclético, com planta de Salomão da Silveira, templo da modernidade e do fausto” (p. 83-84), representando “mais que um símbolo religioso, era um registro da memória e da identidade de determinado grupo social” (p. 81).

Figura 15 - Capela de São Sebastião, década de 1920.



Fonte: Foto autor desconhecido. Site IBGE.

Figura 16 - Catedral de São Sebastião, década de 60-70.



Fonte: Foto autor desconhecido. Site IBGE.

À vista disso, a capela de São Sebastião, erguida na virada da centúria do século XVI para o XVII, era vista por alguns como resquício de um passado de atraso, sem a fortuna do cacau, não levando em consideração seu papel histórico (Dias; Oliveira; Andrade, 2019; Ribeiro, 2017), denominada de velharia nas páginas do “Correio de Ilhéos” (A Catedral..., 1927, p. 1). A nova catedral simbolizava o progresso material, com o argumento de que representava “o espírito modernizante, a riqueza da terra sede de um bispado” (Ribeiro, 2017, p. 81). O que reflete a obstinação incessante das oligarquias da dita “Civilização do Cacau”⁴ pela modernidade e civilidade.

Considerações finais

A expectativa motivada pela busca da modernidade e o estro incitado pelo Rio de Janeiro no processo de urbanização de Ilhéus, no recorte temporal de 1921 a 1930, teve suas nuances. O Rio de Janeiro era a capital do país, Salvador convivia com a decadência das lavouras de cana-de-açúcar do norte do estado e do recôncavo, e, nesta última região, do algodão. Os comerciantes de Salvador, ao observarem os números da economia cacauzeira, viram-se na obrigação de expandir sua atuação para a denominada “Civilização do Cacau”, o que pode ter contribuído, de alguma forma, para dinamizar a urbe. Ilhéus, que tinha um porto e uma estrada de ferro, e esta última prometia, naquele instante, sua expansão na direção ao oeste, até Vitória da Conquista, era vista como oportunidade e exemplo de modernidade para as cidades do interior da Bahia.

Neste período, os administradores de Ilhéus, comandados pelo Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, representante do Partido Republicano Democrata local e correligionário de J. J. Seabra, perceberam esta possibilidade e empreenderam obras que tinham como desígnio transformar a cidadina em uma síntese da capital federal. Para tanto, não pouparam esforços no processo de remodelagem urbana ilheense, utilizando de imediato a principal praia e avenida homônima em uma fac-símile de Copacabana no Rio de Janeiro. Não obstante, toda a urbanização da principal avenida da cidade retratava seu modelo inspirador com postes dispostos e

⁴ Terminologia romantizada por Adonias Filho (1976) para designar as terras do sul da Bahia, onde se cultivava “o fruto de ouro”.

idênticos aos da genuína Copacabana.

Entre as obras que supostamente pretendiam reproduzir a modernidade admirada do Rio de Janeiro para Ilhéus, podemos citar o Obelisco, o Cristo, os bem cuidados jardins da cidade por um especialista trazido da capital federal, o Código de Posturas, a construção de novos prédios e a demolição de edifícios que não retratavam o ideal de moderno. Além destes aspectos, o processo de urbanização e modernidade da urbe se deu com a derrubada da capela seiscentista de São Sebastião, uma edificação em estilo barroco que datava da virada do século XVI para o XVII, para ver erguida em seu lugar a catedral, uma obra que retrata o clímax da valorização do cacau no mercado internacional e a procura ferrenha das oligarquias locais por influência, ou seja, pelo poder. Tudo que trazia as lembranças do Império era tido como anacrônico.

Ilhéus passou a ser falada e idealizada como centro de modernismo e exemplo aos demais municípios baianos, segundo jornal soteropolitano, no momento seguinte às reformas urbanísticas incorporadas no governo seabrista em Salvador, igualmente espelhada no Rio de Janeiro. A capital do cacau não obteve o mesmo desenvolvimento e tão pouco o crescimento observado nas duas cidades que foram sedes das duas primeiras capitais do país, mas, no recorte histórico sugerido nesta investigação, obteve o êxito esperado ao que se propunha na transição do primeiro ao segundo quartel do século XX. Esta intenção das oligarquias de Ilhéus tinha como sustentação a produção e demanda do cacau no mercado internacional, haja vista que o fruto de ouro, que anuiu o esforço no processo de urbanização da cidade, foi o principal produto de exportação da Bahia e o mais distinto que permitiu o êxito da arrecadação, desde o último decênio do XIX até a década de 70 do século XX, como o primeiro produto da balança comercial do estado.

Ilhéus foi o espelho das cidades menores da Bahia e uma preocupação em termos político, econômico, cultural e administrativo para a elite hegemônica da capital do estado, Salvador. Mas essa é uma outra história. Entretanto, retomando a epígrafe do início do texto: “Foi um Rio que passou” na vida social, política, cultural e urbanística de Ilhéus; e os seus administradores se deixaram levar...

Referências

- A BELLEZA LITTORANEA DA BAHIA. **Vida Domestica** (RJ). Ed. 00141, dez. 1929.
- A CATEDRAL: CONTINUA A DEMOLIÇÃO DA CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 897, p. 1, 28 maio 1927.
- A CIDADE CIVILIZA-SE. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 767, p. 2, 03 jul. 1926.
- ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: cacau (uma civilização regional). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- AGENCIA FORD. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 715, p. 3, 25 fev. 1926.
- A INAUGURAÇÃO DO CHAFARIZ. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 554, p. 1, 05 fev. 1925.
- ALBUQUERQUE, Eliana. Coronelismo, Jornalismo e relações de poder no sul da Bahia. **Revista da Faculdade de Ilhéus**, v. 1, 2010, p. 232-35.
- AMADO, J. **Cacau**. Rio de Janeiro, Record, 1978. [32 Ed.].
- AMADO, J. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Martins, 1973.
- AMADO, J. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, J. **Terras do sem fim**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- AMARAL, D. V. de O. Práticas corporais em Oliveira, Minas Gerais, 1916-1920. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, jan./junº2022. pp. 1-18. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/Recorde/article/view/52784>. Acesso em: 25/10/2022.
- AS BELLAS CONQUISTAS DE ILHÉOS. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 775, p. 1, 22 jul. 1926.
- AS FESTAS OFFICIAES DE DOMINGO. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 887, p. 1, 12 fev. 1925.
- AS BOMBAS DE GAZOLINA: São um trambolho na Praça Firmino Amaral. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 1001, p. 2, 28 jan. 1928.
- AUTOMOBILISMO: Continua a aumentar o numero de carros em Ilhéos. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 999, p. 1, 24 jan. 1928.
- AUTOMOBILISMO: Para evitar desastres vae ser posto em pratica o Reg. da I. de Vehiculos. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 1001, p. 1, 28 jan. 1928.
- AUTOMOVEIS EM DISPARADA: A policia precisa conter a ousadia dos “chauffeurs”. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 883, 30 abr. 1927.

BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia 1923**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926. p. 586.

BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia 1936**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 248.

BARRETO, R. S. **Preservação da Memória Regional: Testemunhos para a História**. Ilhéus: Editus. 2001. [1ª Ed.] p. 328.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. [1ª Ed.] p. 440.

BURITY, L. M. D. A vocação das grandes velocidades”: um modernismo na Paraíba dos anos 1920 através das crônicas e da novela de José Américo de Almeida. **Revista Brasileira de História**, v. 42, nº 90, p. 233 – 258, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-13>.

CAMPOS, J. da S. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Editus, 2006. [3. Ed.] p. 819.

CARVALHO, P. M. S. de; SOUSA, E. F. de (Org.). **Entre o fruto e o ouro: escritos de história social do sul da Bahia**. Itabuna: Mondrongo, 2014. [1ª. Ed.] v. 1. p. 365.

CARVALHO, P. M. S. de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil, 2015.

CINEMAS. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 1174, p. 2, Quinta-feira, 04 abr. 1929.

CONDE, M.; SHAW, L. Para um 1922 alternativo: cultura popular e modernismo vernacular no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, nº 90, 2022. pp. 97-123. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-07>. Acesso em: 25/10/2022.

CORREIO DE ILHÉOS. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 5, p. 1, 29 set. 1921.

CULTIVAE OS VOSSOS JARDINS: Porque não há flores em Ilhéos?. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 879, p. 1, 16 abr. 1927.

DIAS, C.; COTES, M. 2022. Esportes, lazer e desenvolvimento econômico em Ilhéus (c. 1890-1930), **Revista Brasileira de História (ANPUH)**, v. 42, nº 91, 2022, p. 359 – 384. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n91-17>.

DIAS, M. H.; OLIVEIRA, R. A.; ANDRADE, I. D. Morfologia Urbana da Vila Colonial de São Jorge dos Ilhéus: (Bahia – Brasil, Séculos XVI a XIX). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 11, nº 1, 2018. DOI: 10.20396/urbana.v11i1.8653159.

EDITAL. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 711, p. 3, 13 fev. 1926.

EMBELLEZAMENTO DA PRAÇA RUY BARBOSA. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 468, p. 2, 12 jul. 1924.

EM PIRANGY: CINE-THEATRO LAROCA. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 506, p. 2, 09 out. 1924.

EMPLACAMENTO DA CIDADE. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 774, p.1, 20 jul. 1926.

ESPANHA-BRASIL: Banquete. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 1195, p. 1, 25 maio 1929.

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá / Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995. [1ª Ed] p. 132.

FREITAS, A. G. de; PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul- Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001. p. 182.

GARCEZ, A. N. e R.; FREITAS, A. F. G. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauêira: história econômica e social**. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica / Cruzeiro do Sul, v. 8, 1975.

GIUMBELLI, E. A. A Modernidade do Cristo Redentor. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, nº 1, 2008. pp. 75-105. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000100003>. Acesso em: 25/10/2022.

ILHÉOS CRIA O SEU SERVIÇO DE ESTATÍSTICA. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 733, p. 1, 10 abr. 1926.

ILHÉOS: Aos heróis de 2 de Julho. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 613, p. 1, 27 jun. 1925.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE ILHÉOS: Directoria de obras Publicas. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 745, p. 2, 08 maio 1926.

JAZZ BAHIANO OU TUPANA JAZZ BAND. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 786, p. 2, 17 ago. 1926.

MACHADO, A. G.; ROCHA JUNIOR, C. P. Modernidade higienismo e ginástica em Salvador/BA (1850-1920). **Revista Movimento**, v. 26, p. e26011, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.94445. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/94445>. Acesso em: 25/10/2022.

MAHONY, M. A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauêira da Bahia. Caderno de Ciências Humanas – **Especiaria**, Ilhéus, v. 10, nº 18, 2007. pp. 737-793. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/781>. Acesso em: 25/10/2022.

MAHONY, M. A. **The World Cacao Made: Society, Politics, and History in Southern Bahia, Brazil, (1822 – 1919)**. Doctoral thesis presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University, New Haven, EUA, 1996.

MARQUES, D. J. M. Ontem plantaram os cacauzeiros, agora querem “colher” o chocolate!. **Instituto Nossa Ilhéus**. 2019. Disponível em: <https://www.nossailheus.org.br/artigo-ontem-plantaram-os-cacauzeiros-agora-querem-colher-o-chocolate/>. Acesso em: 09/10/2022.

MELO, V. A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios de uma política pública de esporte e lazer. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 3, 2006. p. 22. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/47997>. Acesso em: 25/10/2022.

MELO, V. A. O automóvel, o automobilismo e a modernidade. **Rev. Bras. Ciências, Esporte**, Campinas, v. 30, nº 1, 2008. pp. 187-203. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401338534013>. Acesso em: 25/10/2022.

MENEZES, J. S. As imagens da cidade de Ilhéus nos romances amadianos. **Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões** / Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Letras e Artes. v. 2, nº 2, (jul./dez. 2012). Ilhéus, BA: Editus, 2014, v. : ii2. pp. 71-91. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401338534013>. Acesso em: 25/10/2022.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, [21ª Ed.] pp. 9-29.

NORTE, R. de S.; SANTANA, T. S. de; NUNES, F. S.; COTES, M. Pugnas internacionais: ilheenses versus tripulantes britânicos do navio de guerra Delhi em 1930. **Recorde – Revista de História do Esporte**, v. 15, nº 1, 2022. p. 1–24, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/Recorde/article/view/52793>. Acesso em: 25/10/2022.

NOTAS E TOPICOS: Arborização na Bahia. **O Imparcial** (BA), Ed. 01483, 16 out. 1935.

NOTÍCIAS DE ÁGUA PRETA. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 756, p. 2, 05 jun. 1926.

O NOVO CARRO FORD. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 996, p. 2, 17 jan. 1928.

O RAMAL ATTINGIDO PELO MELHORAMENTO. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 733, p. 1, 10 abr. 1926.

PARDIEIRO IMMUNDO. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 230. p. 1, 30 jan. 1923.

PEIXOTO, M. do R. da C.; TOMELIN JR, N.; MIRANDA, V. Jorge Amado, 1964: Sobre literatura e cidade. **Projeto História**, São Paulo, v. 65, p. 29-65, Mai.-Ago., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2019v65p29-65>

PELA ESTHETICA E HYGIENE DA CIDADE: Vae ser cortado o Chalet da rua D. Pedro II. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 650, p. 1, 22 set. 1925.

PELA MORALIDADE DO MEIO: Licenclosidades nos cinemas. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 781, p. 2, 05 ago. 1926.

PEREIRA, E. Monumentos urbanos e arte pública: os obeliscos em rotação. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 27, nº 41, jan-junº2021. pp. 251-278. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/8308-661X/24468>. Acesso em: 25/10/2022.

PESAVENTO, S. J. **História & História e Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. [3ª Ed.] p. 136.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880- 1912). Ilhéus: Editus, 2001. p.il. 168. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/familia-poder-mito.pdf> Acesso em: 19/07/2022.

RIBEIRO, A. L. R. **In memoriam**: urbanismo, literatura e morte. Ilhéus, BA: Editus, 2017. p.il. 267. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2020/in_memoriam.pdf Acesso em: 17/11/2022.

RONCAYOLO, M. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana. Tradução de Eveline Bouteiller. **Projeto História**, v. 18 (1999): JAN./JUN. Espaço e Cultura. Título original: Mutations de l'Espace Urbains. La structure nouvelle du Paris haussmannien. **La Ville, art et architecture em Europe, 1870-1993**, p. 57-59, Paris, Centre Pompidou, 1994.

ROCHA JUNIOR, C. P. Esporte e Modernidade no Rio de Janeiro e Salvador: Um Estudo Comparado. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, nº 1, 2013. pp. 99-116. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9140/3943>. Acesso em: 25/10/2022.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. **Revista Brasileira De História**, São Paulo, v. 18, nº 36, 1998. pp. 187-250. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>. Acesso em: 25/10/2022.

SANTANA, T. S. de; NORTE, R. de S.; NUNES, F. S.; SILVA, A. J. M.; COTES, M. O esporte em Ilhéus e a consolidação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1921). **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28030, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.113797. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113797>. Acesso em: 25/10/2022.

SANTOS, M. **Zona do Cacau**: Introdução ao Estudo Geográfico. Série 5ª, Brasiliana, v. 296. São Paulo: Companhia Editora Nacional; São Paulo Editora S/A, 1957. [2 Ed.].

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. [1ª Ed.] p. 260.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático da metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIRVA-NOS DE EXEMPLO: A cidade de Ilhéos já tem inaugurado seu serviço de auto-omnibus. **Correio de Ilhéos**, Ilhéos, nº 733, p. 1, 10 abr. 1926.

UM ILLUSTRE DEPUTADO BAHIANO. **Vida Domestica**, Rio de Janeiro (RJ), d. 00129 (3), dez. 1928.